



Reforma da previdência

Quadrilhão do PMDB pode adiar reforma da previdência

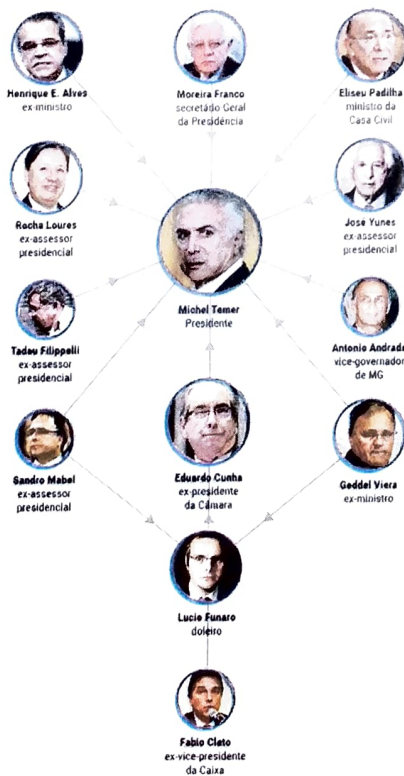
Segundo a Polícia Federal, o presidente Temer é o chefe do quadrilhão do PMDB. Ainda segundo a PF, entre os poderosos do quadrilhão, estão os ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o líder do governo no Congresso, senador Romero Jucá. Os três são (ou eram) os principais articuladores junto aos deputados e senadores para aprovarem as reformas de Temer.

E, segundo o vasto noticiário da mídia sobre os quadrilheiros, os parlamentares que já estavam com medo de não se reelegerem em 2018 por desgastes em votações impopulares, não vão querer votar na mais impopular das reformas: a da previdência.

Piorou: se não bastasse as afirmações da PF, o STF (Supremo Tribunal Federal), no último dia 12/09, através do ministro Luis Roberto Barroso autorizou nova investigação contra Temer, por suspeita de corrupção em decreto sobre portos. Aliados de Temer dizem que, atualmente, a conta de votos favoráveis à Reforma da Previdência esteja entre 200 e 250. São necessários pelo menos 308 votos para a aprovação.

Para a CUT e seus sindicatos, nada é confiável em se tratando da maioria dos atuais deputados federais. Segundo a imprensa, muitos deles receberam de forma indireta muito dinheiro para livrar Temer de recente processo autorizado pelo STF. "E pelo que

QUADRILHÃO DO PMDB, SEGUNDO A PF



Fonte: Relatório da Polícia Federal

vimos no apartamento de Geddel Vieira, do PMDB e amigo de Temer, dinheiro não vai faltar", avalia Sandra Regina Homeniuk, coordenadora política dos sindicatos do Pactu.

Mais sobre reformas na página 2

CUT reforça a luta contra a perda de direitos imposta aos trabalhadores pelo golpista Temer

Os 800 delegados e delegadas presentes no 15º Congresso Extraordinário da CUT, realizado de 28 e 31 de agosto, participaram de palestras e debates sobre a qualidade do emprego e renda dos trabalhadores brasileiros. Representando o Pactu no evento, a dirigente sindical Leonice Casarin de Mattos Silva, de Campo Mourão, entende que há hoje duas certezas: a primeira é que o emprego com as garantias que conquistamos poderá ter um fim e a outra é que os trabalhadores podem e devem resistir com unidade e luta.

Os participantes se apropriaram de informações privilegiadas de como e porque o capital nacional e internacional se organizaram e deram um golpe no Brasil. Sem dúvida, o objetivo era retirar uma presidenta cuja orientação política era priorizar uma condição de vida melhor para os trabalhadores,



sobretudo dos mais fragilizados. Um exemplo é a interrupção da política de valorização do salário mínimo.

Para a direção nacional da CUT, representantes dos movimentos sociais e outras centrais sindicais (que participaram do Congresso como convidados), um fator comum é o reconhecimento do acirramento da luta de classes com disseminação do ódio pelas redes sociais. O Congresso elegeu um calendário de lutas que vai desde a luta por nenhum direito a menos ao estabelecimento da democracia, com eleições diretas já, e Fora Temer.



Aumento real e pagamento da PLR

Páginas 2 e 3

CUT inicia campanha pela revogação da Reforma Trabalhista

A CUT lançou no dia 07/09 uma campanha de coleta de assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que revoga a nova legislação trabalhista que passará a vigorar no dia 11 de novembro deste ano.

A meta da CUT é de que mais de 1,3 milhão de brasileiros assinem o documento que será entregue à Câmara dos Deputados. O passo seguinte será pressionar os deputados a votarem o texto que revoga a reforma trabalhista do ilegítimo governo Temer, que acabou com diversos direitos da classe trabalhadora.

“Essa proposta aprovada por

esse governo e esse Congresso corrupto acaba com sua carteira assinada, todos seus direitos e transforma seu emprego em bico”, aponta Vagner Freitas, presidente da CUT Nacional, falando aos trabalhadores.

Inconstitucional: a campanha pela revogação ganhou força com o julgamento recente pelo STF (Supremo Tribunal Federal), que deferiu Medida Cautelar na ADI 5766 apresentada pela Procuradoria Geral da República,

que questiona o art. 1º da Lei 13.467/17, que aprovou a Reforma Trabalhista.

Conforme decisão do Ministro Luís Roberto Barroso, as restrições na nova lei violam as garantias constitucionais de amplo acesso à jurisdição e à assistência judiciária integral aos necessitados. A medida cautelar impede a alteração nos artigos 790, 791 e 844, da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ou seja, o texto atual fica valendo até o julgamento do mérito.

SAIBA O QUE IRÁ MUDAR COM O FIM DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Direitos Trabalhistas	Antes	Depois
Negociação sobre a legislação	Direito dos trabalhadores estavam garantidos pela CLT	Pontos do contrato, como jornada de trabalho, participação nos lucros da empresa e banco de horas poderão ser negociados livremente entre patrões e empregados
Banco de Horas	Teria que ser definida por acordo ou convenção coletiva. Os sindicatos impediam os abusos	Libera a criação do banco de horas por acordo individual
Trabalho intermitente	Não existia	Empresas poderão contratar funcionários sem horário fixo, assim, o trabalhador não terá garantia de jornada mínima semanal. Nesse caso, também poderá ser contratado a Preço Anual Fixo (PAF) e a contratação do “bico”
Trabalho de gestantes e lactantes	A legislação determina o afastamento de qualquer atividade em local insalubre	A trabalhadora gestante só será afastada do trabalho caso tenha atestado médico. Já a lactante, poderá trabalhar em ambientes insalubres de qualquer grau.
Terceirização	Não era permitida na atividade-fim da empresa	Em todos os setores, as empresas, inclusive as públicas, poderão terceirizar qualquer atividade
Horário de almoço	Uma hora para quem trabalhasse mais de seis horas diárias	Passa a ser negociado com o patrão, que poderá reduzir o tempo para 30 minutos
Demissão em comum acordo	Trabalhador demitido sem justa causa recebe FGTS e seguro-desemprego pelo tempo que ficou na empresa	A multa que a empresa hoje paga cairá de 40% para 20%. Além disso, se o trabalhador quiser ficar com 50% do FGTS, terá que abrir mão do seguro-desemprego



Bancos pagam PLR em setembro

Até o fechamento dessa edição os bancos Bradesco, Itaú e Santander já haviam comunicado os pagamentos da primeira parcela da PLR, respectivamente dias 15, 20 e 22 de setembro, faltando apenas a Caixa divulgar a data em que fará o crédito.

BB pagou no dia 31/8

Os funcionários do Banco do Brasil receberam nesta quinta-feira (31) a parcela da Participação nos Lucros e Resultados referente ao primeiro semestre de 2017

Em virtude do aumento do lucro e da rentabilidade do banco, foi paga, também a parcela variável da PLR do denominado módulo BB. “O valor que cada funcionário vai receber representa, em média, um incremento de 20% em relação ao pago no mesmo período de 2016. Para os escriturários, este aumento chega a 24%”, disse o banco em seu comunicado.

Pelo acordo, o banco teria até dez dias úteis após a data de distribuição dos dividendos para pagar a PLR do primeiro semestre de 2017, assim como a do segundo semestre.

PLR do BB

O modelo de participação nos lucros ou resultados do Banco do Brasil S.A. dos anos de 2016 e 2017 compõe-se de um módulo básico, denominado “Módulo Fenaban”, e de um módulo especial, denominado “Módulo BB”.

O “Módulo Fenaban” é composto de 45% do salário paradigma (definido no acordo), conforme tabela que faz parte do acordo assinado, acrescido de parcela fixa a ser definida pelo banco, para cada semestre.

O Módulo BB constitui-se da “Parcela Linear”, formada pela distribuição de 4% do lucro líquido verificado no semestre entre os participantes do Programa PLR, e da “Parcela Variável”, que depende do resultado do lucro líquido e cumprimento de acordo.

Concursados poderão ser demitidos por desempenho insuficiente

O PLS (Projeto de Lei do Senado) nº 116/2017, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), será debatido e votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) neste mês de setembro.

O texto dispõe sobre a avaliação anual dos servidores públicos da União, Estados e Municípios, e sobre os casos de exoneração por insuficiência de desempenho.

Os servidores públicos concursados só podem ser demitidos em casos onde se enquadra a justa causa pela CLT. Caso aplicada a nova legislação, uma comissão avaliadora deverá analisar o desempenho dos funcionários, garantindo-se o direito à defesa.

Pelo PLS, a avaliação seria por dois fatores fixos, produtividade e qualidade, e outros cinco fatores variáveis, escolhidos em função das

principais atividades exercidas pelo servidor nesse período. Inovação, responsabilidade, capacidade de iniciativa, foco no usuário/cidadão.

Para Zelário Bremm, funcionário Caixa Econômica e dirigente do Pactu em Toledo, “a princípio parece uma boa iniciativa. Entretanto, as variáveis podem descarrilar para critérios como gênero, cor da pele, obesidade, opção política e outros.



Bradesco continua demitindo

Em que pese 7.400 funcionários terem aderidos ao PDVE (Plano de Desligamento Voluntário Especial), encerrado no dia 31/08, o Bradesco retoma a política de demissões em todo país. O PDVE agravou a falta de funcionários em agências e as metas aumentaram para os que permaneceram. As demissões são sem justa causa, mas é alegada a falta de conformidade com o perfil do banco.

Acordos aditivos

Representantes dos trabalhadores assinaram acordos coletivos aditivos à CCT relacionados a direitos específicos conquistados pelos trabalhadores do Bradesco. Ao todo, foram quatro textos firmados no dia 04/09, que haviam sido aprovados por unanimidade em assembleia no início de agosto. Os aditivos dizem respeito ao Teleanco, Bradesco Financia-

mentos, Cipa Treinet e Ponto Eletrônico. Ficou definido adicional de R\$ 53,45 para cada dia de trabalho que coincidir com sábado, domingo e feriado. No caso do empregado que exerce cargo remunerado com gratificação de função de confiança, este valor será acrescido de 55%. Para os bancários do Teleanco, o adicional receberá ajuste mensal, para que ao fim de 24 meses atinja o valor de R\$ 71,14, equiparando-se ao pago aos ex-atendentes do HSBC de Curitiba, incorporados pelo Bradesco. "Consideramos essa assinatura um avanço, pois o valor do adicional será reajustado mensalmente para que se equipare ao que é pago em Curitiba", afirmou Ana Paula Lorini, diretora do Sindicato de Umuarama e representante do Pactu na COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Bradesco.

Pactu participou do 23º Grito dos Excluídos



Em Campo Mourão, o Sindicato dos Bancários e entidades do movimento social realizaram o 23º Grito dos Excluídos. Os manifestantes gritaram por "Fora Beto Richa" e "Fora Temer". Também carregaram faixas e cartazes com críticas à Reforma da Previdência, pedindo a revogação da reforma trabalhista e em defesa das

empresas públicas. Também não faltaram faixas lembrando o "massacre de 29 de abril".

O 1º Grito dos Excluídos foi realizado em setembro de 1995, com o objetivo de aprofundar o tema da Campanha da Fraternidade da igreja católica do mesmo ano, sobre a crescente exclusão social e resposta aos desafios levantados na 2ª Semana Social Brasileira.

Neste ano de 2017 realizou-se a 23ª edição do Grito dos Excluídos, com o tema "Por Direitos e Democracia, a Luta é Todo Dia!", promovendo uma reflexão sobre a importância da mobilização popular para reverter retrocessos sociais, como a terceirização irrestrita e as reformas trabalhista e da Previdência, entre outras.

Bancários terão reajuste de 2,75% nos salários, PLR e auxílios

Acordo de dois anos garante reajuste acima da inflação

O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de setembro de 2016 a agosto de 2017 ficou em 1,73%, segundo dados divulgados pelo IBGE. Bancários estão entre as poucas categorias que obteve aumento real

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no dia 06/09, o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) de agosto. A variação no mês foi negativa de -0,03%. Com isso, o acumulado nos últimos 12 meses ficou em 1,73%. O reajuste da categoria bancária será de 2,75%.

Para efeito de comparação, o ICV (Índice do Custo de Vida) do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o mais confiável para o movimento sindical, foi de 1,71% na data-base dos bancários.

Segundo o Dieese, neste ano de 2017, entre 300 categorias pesquisadas, 30 tiveram reajustes abaixo da inflação, 91 foi igual ao INPC,

107 categorias conseguiram apenas 0,5% acima da inflação e 38 categorias entre 0,51% e 1% acima da inflação. "Esta não é a realidade da maioria das categorias e, entre as empresas públicas, os bancários serão, possivelmente, a única categoria que obterá aumento real neste ano", disse Roberto von der Osten, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Aumento real

Os bancários conquistaram o aumento real de 1% depois de uma longa greve de 31 dias, em um acordo de dois anos. Para 2017, o reajuste repõe integralmente a inflação (INPC/IBGE) e garantir

mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas.

Defesa do emprego

Outro avanço obtido com o acordo de 2016 foi a criação dos Centros de Realocação e Requalificação Profissional, previstos na cláusula 62 da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria. Os bancos deverão criar estes centros para, ao invés de demitir funcionários, requalificá-los e realocá-los em outros postos de trabalho. O direito foi acrescentado na CCT da categoria nas negociações de 2016 e a redação da cláusula foi aprovada na última reunião entre o Comando Nacional dos Bancários e Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

Bancários confraternizaram no seu dia



O dia Nacional do Bancário é comemorado no dia 28 de agosto. As confraternizações são realizadas sempre na última semana de agosto e começo de setembro. Este ano, nas regiões do Pactu, foram realizadas atividades esportivas e gastronômicas para celebrar a data. Alguns sindicatos planejam realizar essa confraternização junto com outros eventos já programados, como, por exemplo, Campo Mourão, com a inauguração do auditório dos bancários, e Toledo, na posse da gestão da diretoria 2017/2021. Ambas devem acontecer nos próximos 90 dias.



REALIZADA EM TOLEDO OFICINA SOBRE A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO



Foi realizada no dia 09/09, na sede do Sindicato dos Bancários de Toledo, uma oficina sobre a "Lei de Acesso à Informação e Controle da Administração Pública". Ministrada pela advogada Maria Cecília Ferreira, mestre em Ciências Sociais, ex-vereadora e ex-secretária de Políticas para as Mulheres no Município de Toledo, a oficina integrou a programação do curso "Difusão do Conhecimento em Gestão Pública e Resistência ao Golpe", promovido pela Fundação Perseu Abramo (SP). O curso é destinado a integrantes de movimentos sociais, partidos políticos e entidades estudantis e sindicais. O objetivo esteve voltado, sobretudo, à união de forças e promoção de debates no campo progressista pós-golpe.

Homenagens a dirigentes sindicais em Umuarama



Abílio Aparecido dos Santos

Juraci Batista de Araújo

Marcio Bacarim Possebon

A Câmara de Vereadores do Município de Umuarama, com o apoio do Sindicato dos Bancários de Umuarama, em sessão realizada no dia 28/08, homenageou com nomes de ruas da cidade os ex-diretores do Sindicato, já falecidos, Abílio Aparecido dos Santos e Juraci Batista de Araújo.

A mesma homenagem foi concedida ao ex-assessor de imprensa e advogado do sindicato, também falecido, Márcio Bacarim Possebon.

O coordenador do sindicato, Edilson José Gabriel lembrou aos presentes a importância da homenagem para a cidade, para os amigos e para os familiares. Os vereadores foram unânimes em reconhecer a contribuição dos homenageados para a cidade de Umuarama, como dirigentes sindicais e na dedicação de boa parte de suas vidas ao trabalho voluntário em conselhos públicos e em outras entidades sociais.

Fetec-PR realizou oficina de comunicação

A Fetec-CUT/PR realizou no dia 1º de setembro uma oficina de comunicação visando o planejamento da Secretaria de Comunicação para a gestão 2017/2020. Os trabalhos consistiram em levantamento dos meios de comunicação dos sindicatos junto aos bancários e à comunidade. A oficina foi coordenada pelo secretário de comunicação da Fetec, José Adilson Stuzata, e assessorado por profissionais da comunicação impressa e digital. Os sindicatos do Pactu participaram levando suas experiências e colaborando com o debate.

